



## **ANNA MARIA RATTES (PMDB-RJ)<sup>1</sup>**

Discurso pronunciado em 19 de fevereiro de 1987 – Publicado em 20 de fevereiro de 1987, p. 370 (Atuação parlamentar)

*Reafirmação dos compromissos assumidos pela oradora durante a campanha eleitoral*

**A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB– RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados Constituintes, Membros da Imprensa e demais presentes, intensa a emoção de estréia na Tribuna da Assembléia Nacional Constituinte. A tensão, fruto da responsabilidade, domina meus sentimentos e me impele a buscar, dentro das mais profundas de minhas convicções, algo que de fato simbolize a razão de aqui estar.

Receber de 54.710 fluminenses a procuração, através do voto, de representa-los não deixa de ser motivo de regozijo e orgulho, mas sobretudo é uma tarefa que já está a exigir de mim o comprometimento de todas as minhas energias e o florescimento de cada vez maiores preocupações.

O que dizer? Em especial a esses meus eleitores e a todos os brasileiros que mais uma vez, quase resignadamente, depositaram seus resquícios de esperança nesta Carta que juntos estaremos construindo nos próximos meses?

Esta tem sido a pergunta perseguidora. Como dirigir aos brasileiros, ainda majoritariamente marginalizados e oprimidos por um sistema cruel e desumano, uma palavra que não sirva apenas de alento e complacência, mas significa acima de tudo a reafirmação de todos os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral? E ao largo de nossas vidas.

Tomar contato com esta viciada estrutura de poder, distorcida e desequilibrada por anos e anos de prática autoritária, colaborou ainda mais para, junto de inconformismo que vagueia pelo meu ser, compor a certeza inarredável

---

<sup>1</sup> Biografia completa acessar:

[http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=103429](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103429)

de que só há uma única palavra a dizer neste singular momento: um amplo, sonoro e revoltado chega!

Chega desta situação de privilégios construída na ditadura e que parece ter contaminado o ar de Brasília. É constrangedor conviver com isto, sabendo que quem sustenta tudo, com o seu suor, é o povo trabalhador brasileiro.

Chega de incoerência e de mentiras. Não se pode mais, em nome de um poder que o povo nos outorgou com sua benevolente confiança, estabelecer na prática do dia-a-dia dos trabalhos constituintes um distanciamento dos compromissos assumidos olho a olho com nossos eleitores.

Chega de falsidade. Não se deve, em nome da responsabilidade que esta Casa faz por merecer, tratá-la ainda como Casa do Povo. Ao povo cabe aqui apenas o direito de transitar pelas galerias, obrigados a assistir passivamente às decisões que lhes dizem respeito. Na Casa do Povo o povo não participa, não lhe é reconhecido o direito de organizadamente assumir posições na defesa de seus legítimos interesses. Urge debelar as barreiras para que possam ser enriquecidos e objetivados os trabalhos constituintes, assegurando uma verdadeira e ampla participação popular no dia-a-dia desta Casa. Pois o quarto poder desta Nação, o povo, quando organizado e exercendo inteiramente sua cidadania, adiciona á nossa indiscutível e intransferível representatividade um caráter de cumplicidade e transparência necessários à legitimação das nossas propostas.

Chega de automatismo e prepotência. Como discutir e encaminhar as propostas para construção do novo texto constitucional, se sobre nossas cabeças ainda pairam escuras nuvens, carregadas de mecanismos autoritários que, além de subjugarem nossa liberdade de atuação, comprometem a ousadia dos ideais e desejos, através dos quais pretendemos transformar a angustiante condição social da maioria do povo brasileiro?

Chega de instabilidade e insegurança. Não cabem mais promessas sobre os direitos mais fundamentais, que só servem para aumentar a ansiedade do povo e desconfiança aos poderes constituídos. Havemos de propor, no desenrolar de nossas atividades parlamentares e no desembocar do novo texto constitucional,

instrumentos objetivos e concretos capazes de garantir, em todo o território nacional, o respeito aos direitos mais fundamentais da pessoa humana.

Chega de ilegitimidade e Indignidade no trato da coisa pública. Temos que significar nossos mandatos, legitimando o exercício parlamentar, através do abastecimento da única verdade capaz de resgatar a tão combatida credibilidade do Legislativo: fazer prevalecer os direitos da abandonada maioria sobre os interesses, muitas vezes escusos, da minoria dominante e privilegiada. Este será o desafio permanente e o questionamento incansável, às nossas consciências.

Chega, por fim, de escamotear, mediante malabarismos regimentais, a presença viva do povo organizado junto de nós, nesta árdua, porém estimulante tarefa de preparar a Carta de redenção democrática da Nação. Por uma Assembléia Nacional Participativa, aqui, agora e já.

Muito obrigada.

